



Governo Lula quer deixar servidores sem reajuste por 10 anos

PLP 549/2009 que já foi aprovado no Senado também impede novos concursos públicos e reduz drasticamente os investimentos no serviço público

No seu último ano de governo, Lula parece querer dar o golpe final e mortal no serviço público, nos servidores e na população.

Tramita na Câmara Federal o Projeto de Lei Complementar (PLP) 549/2009. O projeto quer limitar gastos com o pessoal no setor público.

O PLP é de autoria do senador Romero Jucá (PMDB /RR) - líder do governo no Senado - e já foi aprovado na casa, numa

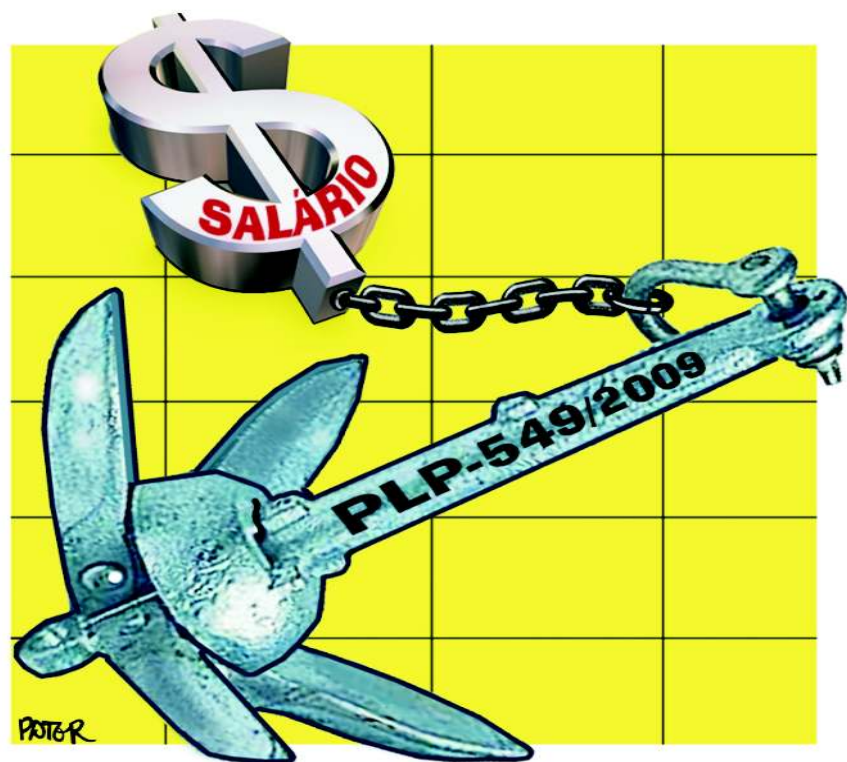
sessão em que todos os 48 senadores presentes votaram a favor.

Entre os absurdos do projeto está que, nos próximos dez anos, o aumento anual da folha de pagamento dos servidores públicos não poderá ultrapassar a correção do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) acrescida de 2,5% ou da taxa de crescimento do PIB, o que for menor.

Na prática, se aprovado, o PL desmonta qualquer cenário favorável a um ambiente de negociação e a um serviço público de qualidade.

“É uma nova ameaça de congelamento dos salários. Limita os acordos em curso e até mesmo a realização de novos concursos públicos, além de limitar investimentos. Isso é inaceitável”, denuncia a diretora do Sindprev, Regina Célia Lima.

O Sindprev-ES repudia o projeto e já estuda formas de combatê-lo, até mesmo na Justiça.



Problemas de todos

Para a diretora do Sindprev, Marli Brígida, o projeto representa um problema para toda a população, e não apenas para os servidores públicos.

Isso porque ele não leva em conta o crescimento populacional e a natural ampliação da demanda.

“Se esse absurdo for aprovado, os serviços prestados à população, tanto em nível federal, como estadual ou municipal ficarão ainda mais precarizados. Temos que alertar também a população, que sairá prejudicada com mais uma maldade do Governo Lula contra os servidores da ativa e aposentados” alerta Brígida.

Tragédia no RJ é resultado do descaso dos governos

No início do mês de abril, as chuvas castigaram a região Metropolitana do Rio de Janeiro (RJ). O saldo foi muita destruição, mais de 180 mortos e 40 mil desabrigados.

Todo esse sofrimento é resultado de uma ocupação irregular, da falta de políticas públicas de acesso à moradia digna e da falta de fiscalização por parte dos órgãos responsáveis.

Ao mesmo tempo, a devastação do meio ambiente causa

da pelo consumismo exagerado dos seres humanos altera o clima no mundo e produz tragédias climáticas, como o aquecimento da temperatura e chuvas torrenciais.

A Diretoria do Sindprev-ES se solidariza com as vítimas das chuvas no Rio de Janeiro. E faz coro ao clamor de que sejam implementadas medidas que evitem novos desastres e mais mortes.

2 Justiça determina desmembramento do processo coletivo dos 28% do MS

3 Governo Lula desrespeita servidores do MTE

4 Rumo a uma Central autônoma e independente dos governos e dos patrões

Plano Collor: servidor terá que se manifestar individualmente

Com a manifestação, determinada pela Justiça do Trabalho, servidor concordará com valores apresentados pelo INSS

A Justiça do Trabalho decidiu que os servidores do INSS-ES que constam na relação apresentada pelo órgão, e que segundo o Instituto têm direito ao recebimento das diferenças decorrentes das perdas causadas pelo “PLANO COLLOR”, devem se manifestar individualmente e expressamente, através de declaração.

Esse documento será posteriormente juntado aos autos por petição pelo Sindprev.

A decisão da Justiça foi dada no processo nº 223.1991.001.17.00-0, no qual o sindicato atua como substituto processual dos servidores do INSS que eram lotados no Estado, e que constam da referida relação apresentada pelo órgão.

Para fazer essa manifestação, os servidores devem ir até o jurídico do Sindprev, de terça a sexta-feira, das 9h às 16h30, para preencherem um conjunto de documentos necessários ao prosseguimento da ação.

Os servidores devem levar também cópia simples do último

contracheque, do CPF e da carteira de identidade. Com o preenchimento desses documentos, o servidor concordará com os cálculos apresentados pelo INSS.

Quem não concorda

Os servidores que não constam na relação do INSS ou que não concordam com os valores apresentados pelo órgão, podem prosseguir com a ação.

Para isso, o servidor não precisa fazer nada. A ação continuará automaticamente.



SAIBA MAIS

O plano econômico editado em março de 1990 pelo Governo Federal significou perdas de 84,32% nos salários dos trabalhadores. Essa “lesão” é conhecida como “Plano Collor”.

O Sindprev entrou com uma ação e os servidores do INSS conquistaram o direito a essa diferença. Além disso, o INSS foi condenado a pagar aos trabalhadores os valores referentes às verbas trabalhistas decorrentes das diferenças entre os salários pagos e os devidos, com o acréscimo de 84,32%.

Essas diferenças não foram pagas na época, março de 1990, data em que deveria ter ocorrido a incidência do índice no salário dos servidores.

Parte desses valores serão compensados dos valores pagos entre 2001 e 2002, quando houve a incorporação do índice de 84,32%. Posteriormente, esse índice foi retirado por determinação

do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Tais valores foram conquistados através de processo que tramitou na 1ª Vara do Trabalho de Vitória, Reclamação Trabalhista nº 223.1991.001.17.00-0, e posteriormente foi ao Tribunal Regional do Trabalho, para julgamento do recurso contra a decisão de 1º grau. Houve recurso também ao TST em Brasília, mas em todos eles os servidores foram vitoriosos.

O INSS-ES recorreu também da decisão da Justiça na fase de execução, especialmente para anular a decisão. A alegação era de inconstitucionalidade, propondo ação rescisória inclusive, mas mesmo assim a decisão foi mantida.

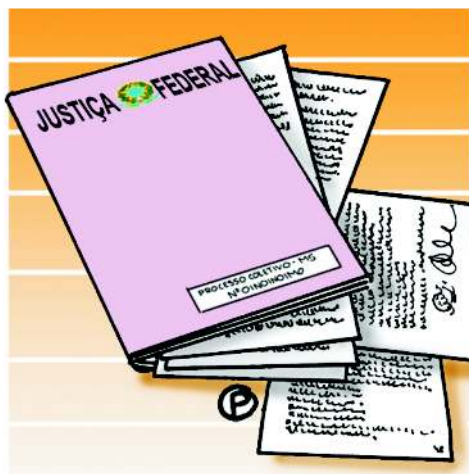
O andamento do processo pode ser conferido no site do TRT-ES, www.trt17.gov.br. O número do processo é 223.1991.001.17-00-0. Atenção: é preciso escolher a opção número antigo.

Justiça determina desmembramento do processo coletivo dos 28% do MS

A Justiça Federal determinou ao Sindprev-ES que desmembre o processo coletivo de 28%, do Ministério da Saúde (MS).

Nesse processo foi deferido o pagamento do percentual de 28,86% para todos os servidores do MS, retroativo a fevereiro de 1993, mas devem ser feitas as seguintes observações:

- 1 - A Justiça determinou a compensação dos índices concedidos, limitando ainda a execução a 1998, quando o governo alega haver quitado tal índice;
- 2 - A Justiça determinou que servidores que estão nas seguintes situações sejam excluídos do processo:
 - a) quem fez acordo administrativo para receber os 28,86%;
 - b) quem recebeu os 28,86% por outro processo judicial, seja por advogado particular, seja pelo jurídico do Sindprev;
 - c) quem possui outro processo de 28% em tramitação.



O sindicato requereu à Justiça para que a União informasse quais as pessoas que se encontravam nessas situações.

A União apresentou uma listagem e o Sindprev fez os cálculos das pessoas remanescentes, chegando a um total de 43 servidores.

Ocorre que pode estar faltando algum servidor que ainda não tenha recebido os 28%, ou não tenha processo individual e que assim, pode ser relacionado entre os beneficiados da ação.

Por isso, o Sindprev solicita que os servidores verifiquem se estão nessa situação. Se for o caso, procurem imediatamente o jurídico do sindicato para preencher a documentação necessária visando o ajuizamento da sua execução individual, junto à ação coletiva. É necessário trazer as fichas financeiras de 1993 a 1998.

Qualquer dúvida pode ser esclarecida junto ao jurídico do sindicato.

Governo Lula desrespeita servidores do MTE

Representante do governo nega existência de negociação e manda categoria fazer greve. Mais de 10 Estados já retomaram o movimento

Depois de mais de três meses de negociação com o governo, os servidores do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em todo o Brasil já iniciam a retomada da greve.

Motivo: o governo Lula só enrolou, e em seis reuniões não apresentou nenhuma proposta real aos trabalhadores.



O desrespeito foi tanto que o secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento (MPOG), Duvanier Paiva Ferreira, representante do governo nas negociações, declarou na mesa de negociação em alto e bom som que "Não há negociação. Podem entrar em greve".

Ele ainda se eximiu de qualquer responsabilidade e compromisso em relação à pauta de reivindicação dos servidores do MTE. Ferreira ainda se negou a formalizar documentalmente a "inexistência de negociação" e a "recomendação" para início da greve. Ele alegou que em sua "gestão" a "praxe" é "não colocar nada no papel".

E para completar, o secretário se manifestou como porta voz do Governo Lula!

"Essa postura é inaceitável e descredencia o secretário a tocar as negociações. A solução é retomar a greve com força total", avaliou o diretor de Comunicação do Sindprev, Domingos Lyrio Filho.

Greve

Segundo Domingos, os servidores do MTE no Estado também estão indignados com a postura do governo e já discutem a retomada da greve.

"Saímos da greve porque o governo se comprometeu a negociar. Foi o próprio Ministério do Planejamento que propôs a negociação e fazem um papelão desses", criticou o diretor.

Domingos avalia que a intenção era desarticular o movimento grevista que estava forte. "Mas a categoria vai mostrar novamente a sua força e vai retomar a greve. Não abrimos mão do Plano de Carreira específico", reforçou Domingos.

Diretoria do Sindprev aluga prédio onde funcionava sede administrativa

Com o aluguel do prédio, a diretoria diminui os gastos e cria uma nova fonte de receita

O prédio onde funcionava a sede administrativa do Sindprev-ES, na Rua Henrique Novaes, no Centro de Vitória, está alugado.

O imóvel pertence ao sindicato, ou seja, pertence à categoria, e foi alugado pela empresa Progen - Projetos, Gerenciamento e Engenharia LTDA pelo valor de R\$ 20 mil por mês.

O aluguel do imóvel faz parte da política de contenção de gastos que a diretoria do Sindprev vem implementando nos últimos anos.

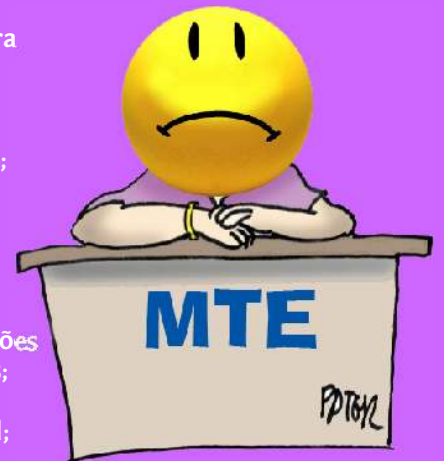
"Mudamos a sede para um espaço mais funcional e econômico e alugamos o prédio. Com isso diminuimos as nossas despesas e

Confira passo a passo o desrespeito do governo:

- 13/01** O Planejamento se disse favorável ao plano específico e apresentou agenda de reuniões
- 27/01** O governo se limitou a dar respostas evasivas e não apresentou proposta concreta de plano de carreira
- 10/02** O Planejamento propôs um novo calendário de negociações, rompendo o compromisso de encerrar as discussões em 22/02, afirmando que no dia 08/03 apresentaria uma proposta a ser apreciada pelo setor. São marcados mais dois encontros. Dias 19 e 29/03.
- 08/03** Governo não apresenta propostas e não há avanço nas negociações
- 19/03** Secretário de Recursos Humanos, Duvanier Ferreira, interrompe as negociações e propõe ao setor trocar o plano de carreira pela inclusão nas chamadas "carreiras transversais"
- 29/03** Governo reafirma que não vai negociar o plano de carreira do MTE, levantando o impasse.

Conheça os principais problemas enfrentados pelos servidores do MTE:

- Reduzido número de servidores;
- Servidores sem Plano de Carreira;
- Pior remuneração do Serviço Público Federal;
- Falta de condições de trabalho e de atendimento à população;
- Prédios sem as condições mínimas de segurança, higiene e limpeza;
- Falta de prevenção contra doenças relacionadas ao trabalho;
- Falta de treinamento e qualificação profissional;
- Servidores assediados moralmente;
- Chefias despreparadas para as funções que ocupam;
- Retomada das contratações de serviços terceirizados;
- Falta de perspectivas de crescimento profissional;
- Falta de valorização.



criamos uma nova fonte de receita", explicou a diretora da Secretaria de Administração e Finanças do Sindprev, Regina Célia Lima.

De acordo com a diretora, o dinheiro do aluguel é usado nas atividades do sindicato, em defesa dos direitos trabalhistas e sociais da categoria.

Nova sede

Para quem ainda não conhece a nova sede administrativa do Sindprev, o endereço é Avenida Princesa Isabel, 629. Edifício Vitória Center, 8º andar, sala 801, Centro, Vitória. Telefones 2121 2600 (ao lado da antiga sede).

Rumo a uma Central autônoma e independente dos governos e dos patrões

Para fortalecer a luta em defesa dos direitos dos trabalhadores!

O ano de 2010 será marcante para a classe trabalhadora brasileira! Nos dias 05 e 06 de junho, será realizado em Santos, São Paulo, o Congresso da Classe Trabalhadora. Ele terá como um dos objetivos a fundação de uma Central.

Esse novo instrumento de luta reunirá importantes setores, como a Conlutas, a Intersindical, a Pastoral Operária Metropolitana de São Paulo, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), o Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL) e o Movimento Avançando Sindical (MAS).

Essa Central é fruto do processo de reorganização do movimento sindical e popular, que se iniciou a partir da chegada de Lula e do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo.

É que a partir daí aprofundou-se o processo de burocratização e de conciliação de classes dos setores que tradicionalmente dirigiam as lutas dos trabalhadores e trabalhadoras no Brasil.

A CUT se degenerou como instrumento de organização e resistência da classe trabalhadora brasileira e hoje é um instrumento a serviço do governo e das oposições governistas.

Muitas Centrais, pouca luta

Mas, além da CUT, existem outras centrais pelegas, ou seja, centrais que fazem o jogo dos governos, mesmo quando fazem alguma ação, como as marchas do salário mínimo e da redução da jornada, por exemplo, que são um jogo de cartas marcadas.

No Brasil existem 11 centrais registradas no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Dentre essas, apenas a Conlutas não é uma central governista.

Todas as outras, direta ou indiretamente, estão na base de sustentação do governo. Elas se beneficiam com as migalhas do poder – algumas recebendo milhões do imposto sindical (valor correspondente a um dia de trabalho, que é descontado de cada trabalhador e trabalhadora uma vez por ano).

Portanto, a união da Intersindical com a Conlutas e as demais organizações que participarão do congresso é muito importante.

Precisamos somar forças e construir uma central forte, ampla, plural, classista, democrática, socialista, que tenha a unidade da classe trabalhadora como valor estratégico, que exercite a solidariedade e o internacionalismo cotidianamente.

Um instrumento que busque incorporar todos os trabalhadores e trabalhadoras formais e informais, do campo e da cidade, desempregados, precarizados, aposentados. Enfim, todos os homens e mulheres que vivem do trabalho ou que estejam à procura de um trabalho para viver.

A crise econômica imperialista mundial aprofundou os ataques aos direitos trabalhistas e sociais. Esses ataques desferidos pelo imperialismo e seus governos em todo o mundo contra os trabalhadores e trabalhadoras, também se dão no Brasil – aqui com o agravante da criminalização da pobreza e dos movimentos sociais.

No Espírito Santo e em todo o Brasil a juventude, especialmente negra e pobre, é submetida a um verdadeiro extermínio. Enquanto isso, o governo Lula e seus aliados nos Estados e municípios cortam direitos e empregos e usam o dinheiro público para salvar bancos, multinacionais e grandes empresários.

Como em todo o mundo, também no Brasil existem lutas importantes de resistência, apesar de ainda muito aquém das necessidades de nossa classe.

Só na base da Fenasps tivemos duas greves importantíssimas no ano passado: a greve do INSS e a greve da SRTE.

É uma vitória muito importante para nós avançarmos na construção de uma Central de Trabalhadores e Trabalhadoras. Dela fará parte não só o movimento sindical, mas parte do movimento popular: trabalhadores e trabalhadoras que devido ao desemprego e à informalidade têm apenas o movimento de luta pela terra e pela moradia como espaço de atuação política.

O Sindprev-ES e todas as organizações combativas estão convidados a participarem do Congresso da Classe Trabalhadora.

De 1º de abril a 16 de maio serão realizadas as assembleias para a eleição de delegados e delegadas. Mais informações no site www.congressodaclasse trabalhadora.org

Lujan Miranda, da Coordenação Nacional Pró-Central.

SINDPREV
ES

FILIADO À FENASPS

Avenida Princesa Isabel, 629 - 8º Andar - Sala 801
Edifício Vitória Center - CEP: 29.010 - 365 - Tel.: (27) 2121-2600
site: www.sindprev-es.org.br // e-mail: comunicacao@sindprev-es.org.br

Subsede Cachoeiro de Itapemirim

Tel: (28) 3511-1618

Subsede Linhares

Tel: (27) 3264-0658

Jornal do Sindprev, editado pela Diretoria Executiva do Sindprev-ES

Conselho Editorial:

Marli Brígida, Domingos Lyrio Filho, Willian Aguiar e Maria Alice Nunes dos Santos.

Jornalista:

Rodrigo Binotti MTB ES 01655

Colaboração:

Pedro Mesidor

Secretário de Comunicação:

Domingos Lyrio Filho
Tel.: (27) 2121 2602 / 2121 2614

As matérias deste jornal são de inteira responsabilidade da Diretoria do sindicato